

RESENHA

MEMÓRIA DA LÍNGUA: IMIGRAÇÃO E NACIONALIDADE

Maria Onice Payer

São Paulo: Escuta, 2006, 240 pp.

A língua (que) pode ser pensada (como) traço que permanece daquilo que foi apagado.
Onice Payer, p. 196

Memória da língua. Imigração e nacionalidade é um trabalho que, de acordo com palavras da própria autora, se detém sobre o processo de constituição e o funcionamento da memória discursiva inscrita na produção de linguagem de sujeitos provenientes da imigração de trabalhadores italianos para o Brasil no momento inicial da instauração da República no país.

A aquisição de trabalhadores livres por parte do Estado implicou a presença de uma materialidade simbólica que, mais tarde, viria a ser considerada indesejável no processo de configuração da Nação, da produção de uma nacionalidade brasileira: colocou-se, assim, a questão das línguas estrangeiras e isso passou a ser objeto de uma determinada administração por parte desse mesmo Estado. Ao estudar os efeitos dessa administração, nas palavras da autora, a questão fundamental que se busca compreender no processo de edificação social brasileira diz menos respeito ao fato (lingüístico) de observar e constatar que houve línguas várias – inclusive européias – de forma consistente no Brasil, e muito mais ao fato (político, discursivo, simbólico) de ter havido e de haver um *silenciamento* na ordem do discurso, sobre a forma consistente de presença das línguas dos imigrantes. Nesse contexto, à luz de tudo o que o conceito de memória lhe possibilita explorar, Payer chegará a concluir e afirmar que “a interdição de uma língua não deixa de funcionar como interdição de um certo modo de constituição do sujeito por essa língua”, e essa conclusão norteará a análise que desenvolverá da língua falada pelos brasileiros provenientes da imigração italiana.

Antes de passar a resenhar as partes que compõem o livro, será preciso realizar dois reconhecimentos. Em primeiro lugar, dizer que o trabalho avança em trilhas de reflexão constitutivas da epistemologia da Análise

do Discurso – sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, o sujeito não é fonte do sentido, o sentido se forma na história através do trabalho da memória. E ainda explora esses conceitos em relação a um objeto deslocado: a língua atual dos descendentes brasileiros de imigrantes italianos no Brasil, isto é, o que nessa língua funciona como traço que permanece daquilo que foi apagado no processo de “nacionalização” das populações estrangeiras no país. Também explora o conceito de memória e o submete a especificações (memória na língua, memória da língua) que surgem da análise de um objeto recortado a partir de interrogações pontuais, e que respondem a distinções não apenas pertinentes e finas, mas sobretudo produtivas no terreno da reflexão sobre a linguagem e sobre a(s) língua(s). Já outras, como memória constitutiva e representada, ganham espessura teórica e operam na análise em sua plena potência.

Em segundo lugar, é preciso caracterizar a posição simbólica que dá (o) corpo à escrita de Payer, marcada – como veremos a seguir – pela fidelidade a uma memória, e por um gesto heurístico que evita as rotinas da naturalização e que trabalha na contramão de evidências já estabilizadas e aceitas em vários circuitos. A pesquisadora vence a inércia imposta por certos esquecimentos e apagamentos e, nesse sentido, na Apresentação do livro, sua reflexão já se vincula aos questionamentos desencadeados pela série de contradições a que está exposta uma criança – pensando em termos de língua(s), em termos de discurso, em termos de escrita e de oralidade – no jogo do binômio dentro/fora da escola. As cenas esboçadas evocam o conflito dessa criança – que poderia ser filho daqueles imigrantes italianos, “apenas camponeses”, apenas “pobres”, apenas “trabalhadores”, nas designações que deles fazia o Estado – quando, por exemplo, presencia situações nas quais os adultos precisam “arrumar” a própria língua quando estão “em público”. Ou quando, como menino acuado, se esconde nas fileiras densas do cafezal, enquanto todos acreditavam que ele tinha ido à escola. No campo da reflexão e da pesquisa teórica e acadêmica, Payer é fiel à lembrança de acontecimentos que forjaram a sensibilidade que, em boa parte, dá sustento à posição simbólica a partir da qual se desenvolve seu texto questionador.

Assim, “abertas as fendas da memória” – para usar a expressão da própria Payer –, a autora realiza um agenciamento do dispositivo teórico e consegue não reproduzir uma “filosofia espontânea” – o que, de fato, seria um risco provável; pensemos que, inclusive, o texto poderia cair em reivindicações “justas” ou melancólicas com relação à violência exercida contra uma língua de infância. A elaboração teórica, por sua vez, não obtura essa sensibilidade, o que poderia ser o reverso do primeiro risco; muito pelo contrário, dá vazão a essa sensibilidade, pois a elabora e a potencializa mediante a articulação de um dispositivo de análise e

interpretação que se concentra em torno da relação memória e discurso. Assim, a textualidade – como já adiantamos – avança na contramão de certas cristalizações ou naturalizações – tanto de cunho ideológico quanto teóricas – nas relações da trama “Estado, Lei, Nação e língua/sujeito” e de suas interpretações no terreno das ciências humanas.

Para tanto, uma pergunta forte é: “do que estamos abrindo mão, quando nos dispomos a abrir mão de nossa própria língua (oral?)” (p. 16). A resposta abre uma trilha: aquilo do que se abre mão junto com a língua *vai fazer falta* (cf. *ibid.*) (grifos nossos). A interrogação da autora ressoa nas várias instâncias entre dois extremos: o que concerne à relação mais íntima “língua/sujeito”, e o que tem a ver com o movimento de consolidação de um Estado e que diz respeito às relações deste com a alteridade e com as línguas trazidas pelos imigrantes. Fica, de alguma forma, indicada a série de espaços mobilizados por Payer para poder encarar o estudo do embate entre essas línguas – “corpos estranhos” – e a língua nacional, sendo o centro de sua preocupação o sujeito que suporta os silenciamentos assim impostos.

O livro é composto por uma Apresentação à qual acabamos de fazer referência, de uma Introdução e de três capítulos, seguidos das considerações finais. No final, ainda inclui um anexo: o Memorial do Secretário Estadual de Educação Fernando Duarte Rabelo, de 1939.

Na Introdução, a partir de Courtine e das reflexões que este realiza acerca do funcionamento da memória no campo do discurso político, Payer já desencadeia uma série de relações cruciais entre memória e discurso: “lembrança e esquecimento, o tempo e a duração dos sentidos, o apagamento e a substituição, suas técnicas e estratégias políticas explícitas, o retorno do que foi apagado, a constituição histórica da memória e sua administração nas instituições” (p. 26). E, ainda, coloca em relação o conceito de memória com conceitos constitutivos da forma de conhecimento da Análise do Discurso: “formação discursiva, interdiscurso / intradiscurso, constituição/enunciação do discurso, efeito de pré-construído, repetição, paráfrase/polissemia, silenciamento”, dentre outras (p. 27). Porém, Payer realiza um recorte conceitual ao redor de *discurso* e de *memória*, para poder pensar suas relações com língua e oralidade “em uma situação histórica decorrente da inserção de imigrantes estrangeiros no Brasil, enquanto uma sociedade nacional específica” (p. 29).

Para tanto, começa por retomar o termo *memória* que Courtine (1981) introduz através de uma modificação na noção de “campo associado”, tal como esta aparecera em *A arqueologia do saber* de Foucault.¹ Esse campo, de acordo com Courtine, compreende duas ordens diferentes de formulações: a primeira se constitui de formulações no interior das quais o enunciado “se encontra definido por sua inscrição em uma representação

na seqüência horizontal ou intradiscursiva”; a outra ordem diz respeito àquelas formulações “às quais o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las”, o que implica dizer que “não há enunciados que, de uma maneira ou outra, não reatualizem outros” (p. 33-34).

Essas duas ordens de formulações que o campo associado do enunciado congrega levam a pensar – segundo Payer – no modo como os dizeres entretêm em suas relações certos efeitos de memória: “resultados de montagens seqüenciais de linguagem específicas por onde se nota a ligação discursiva de um enunciado com outro”, o que remete a um “determinado espaço ‘virtual’ de sentidos, ‘exterior’ à formação discursiva que tem sido chamada de interdiscurso” – isto é, de acordo com Orlandi, “lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio de memória) do dizer” (p. 35).² Desta forma, o conceito de memória localmente ligada ao enunciado entra na trama que o vincula ao *interdiscurso*. A noção de memória significando como interdiscurso tange de perto, de acordo com observações de Orlandi (1996), à língua e à interpretação: para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha, e a interpretação não é mero gesto de decodificação de sentido e também não é livre de determinações, o que a garante é a memória.³ Isso acontece, ainda segundo a própria Orlandi (id.), sob dois aspectos: a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação; e a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição da interpretação, o dizível, o repetível, o saber discursivo – os efeitos da memória. No primeiro âmbito – ainda segundo Orlandi (id.) –, a interpretação congela; no segundo, a repetição é a possibilidade mesma de o sentido vir a ser outro.

Nessa perspectiva, Payer se propõe trabalhar no sentido de “compreender/mostrar como o discurso sobre a unidade da língua nacional da década de 1930, proferido, entre outros, em face da presença em massa de imigrantes no Brasil, e que passa a vigorar como a interpretação oficial que constituirá a memória social brasileira a partir de então, se produz na contraface das outras interpretações possíveis a partir de outros lugares discursivos, que *foram apagados*” (p. 36) (grifos nossos). Para tanto, continua tecendo a trama do conceito de memória se apoiando em conceitos elaborados por Orlandi (1992): silenciamento constitutivo, de acordo com o qual dizer/silenciamento são inseparáveis; e silêncio local, a interdição do dizer, que é a manifestação mais visível do que essa autora denomina a política do silêncio.⁴

Assim, conclui Payer, “a interdição das línguas dos imigrantes, enquanto parte da política de silêncio produzida em uma situação histórica especial, regulamenta a permanência de um sujeito estrangeiro

(imigrante) no interior de uma nação”, dando destaque para o fato de que, nessa interpelação, esse estrangeiro está “sujeito a se inscrever numa posição discursiva que se coadune à memória discursiva da nacionalidade brasileira” (p. 37). Dessa memória – continua a autora – participa a língua portuguesa; as línguas dos imigrantes estrangeiros introduzem outras.

Mediante a compreensão da noção de memória de uma forma abrangente, próxima à de interdiscurso – como “modo de remissão de um enunciado a outro, de um discurso a outro, de um sentido a outro” –, Payer lida com “uma situação em que o específico da discursividade a ser considerado tem como característica não propriamente a de constituir-se num ‘enunciado’, enquanto um ‘conteúdo sócio-histórico’, mas a de se dar como a *enunciação de/em uma língua*”, enquanto uma língua específica X e não Y, como o português ou o italiano, ou ainda na materialidade lingüística terceira: a mistura de línguas (p. 38). O estudo dessa situação leva a considerar que a memória pode ser compreendida “para além dos espaços e dos efeitos textualmente observáveis, efetivamente ditos”, como um princípio presente na própria significação (cf. id.). A sutil trama que surge da relação que a autora tece – mediante a série de noções que vai integrando para que o conceito de memória dê conta de compreender os complexos efeitos da nacionalização da imigração italiana no Brasil – aproxima o leitor da formulação de duas distinções-chave no trabalho.

De um lado, a *memória na língua*: a repetição como processo de significação própria à língua se vincula à memória na língua, isto é, ao “modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de língua, já em seus elementos mínimos” (p. 39). *Há memória discursiva já na língua*, enfatiza Payer, não em uma dimensão suposta como ulterior; o reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, a repetição doméstica a memória ao se dar como língua. Sob esse ângulo, está se considerando a relação entre língua e memória discursiva a partir do ângulo da memória histórica: compreender a língua falada pelos descendentes dos imigrantes levará à compreensão de sua história (cf. p. 38-9).

De outro, a *memória da língua*: a partir da língua, “focalizando-a de conformidade com o que ela significa por sua relação com a história, então se está considerando a *memória ‘da’ língua*” (p. 39-40), o que significa que a memória histórica (discursiva) é parte constitutiva da língua em que essa história se dá. Por exemplo, “o fato de um dado sujeito/cidadão falar uma língua X – seja o italiano – no Brasil, em 1880, em 1939 ou em 1990 implica diferentes modos de fazer essa língua ‘significar’ por sua história” (p. 40).

Essas duas designações funcionarão como faces múltiplas da relação memória discursiva / língua e possibilitarão explorar diversos ângulos na reflexão e na análise desenvolvidas no livro.

Por fim, Payer trabalha e explora a analogia *memória discursiva e formação discursiva*; revisa a noção de *acontecimento* e as relações tempo/movimento – que concebe como interligadas; apresenta e interpreta a distinção entre “memória-hábito” e “memória-lembrança”, tomando como base reflexões de Bosi⁵; retoma as diferenças entre “domínio constitutivo do discurso, do sujeito” – para ela, também “da memória” – e o “domínio de sua formulação”⁶, e os coloca em relação com “memória social”, segundo a definição de Mariani⁷. Todas essas questões (desenvolvidas das páginas 41 a 51) levam a autora a afinar diferenças que serão cruciais no desenvolvimento dos capítulos 2 e 3, para trabalhar, por exemplo, o caráter da representação imaginária da memória constitutiva e para chegar a afirmar que, na situação que estuda, é a língua que a leva a observar que “a memória não é somente produto de uma representação, memória representada” (p. 50). “Há algo da história” – insiste em observar – “na língua que não alcança ser representado pelo sujeito que fala (n)essa língua” (p. 51). E ainda com relação ao conceito de memória que forja, Payer dirá que “a formulação de outras interpretações possíveis (mas apagadas) permite que a sociedade ou o sujeito que formulam saiam de sob a determinação da lógica narrativa que produz as evidências da memória social oficial” (p. 52).

Todo esse esforço é na busca de dar ao trabalho com a(s) memória(s) discursiva(s) – que não equivale a fazer o que se conhece como “resgate da memória” – um sentido específico: o de interpretar como se produz o “encaixe” do elemento diferente no interior de certa regularidade estrutural, como se opera com a alteridade num processo, como o da história brasileira, no qual as alteridades contraditórias foram colocadas face a face.

[...] deve apagar-se no/para o sujeito a parcela de “estrangeiro” que habita seu dizer.
Payer, p. 197

No capítulo 1, Payer começa por observar que “(n)o longo e descontínuo processo que fez do imigrante estrangeiro do período republicano um sujeito brasileiro, as iniciativas nacionais para a sua nacionalização se diversificaram no tempo e no espaço” e a medida decisiva que supostamente pôs fim ao que se chamou o “problema das línguas estrangeiras” consistiu na interdição jurídica explícita, acompanhada de campanhas

de nacionalização, na década de 1930 (p. 58). No final do século XIX, João Ribeiro já havia apontado a presença das línguas dos imigrantes europeus, sobretudo os italianos e os alemães – como efeito do maior fluxo imigratório da história do Brasil –, e “alertado para a possível influência dessas línguas nos rumos da língua no Brasil, caso a isto não viessem se interpor forças contrárias” (id.). Justamente nesse sentido, a autora se propõe estudar as condições históricas sob as quais essas forças vieram a se interpor à presença e influência dessas línguas no interior da sociedade brasileira e, de forma específica, as condições de sua interdição, abordando de modo central o caso do italiano.

Antes de passar à resenha dessa análise, vale a pena destacar um deslocamento significativo na história da(s) língua(s) no Brasil, observado pela própria Payer. Desde o século XIX, a questão da autonomia do país, no que se refere à questão lingüística, centrava-se em marcar as diferenças da língua própria do Brasil; já no período do século XX no qual a autora se centra, a língua funciona como argumento na discussão da autonomia do Estado Brasileiro não mais apenas com relação a Portugal, mas com diversas outras nações: assim, afirma a pesquisadora, “os anos de 1930 testemunharam um recuo no movimento de afirmação da identidade lingüística brasileira, em face da configuração de uma necessidade de reafirmação do português como língua nacional diante dos imigrantes” (p. 60).

Com relação à determinação e análise das condições de produção de interdição da língua italiana, Payer insiste em observar que realiza sua leitura não como “história cronológica e geográfica, em sua exterioridade em relação à linguagem, mas como historicidade inscrita nos próprios textos que a executam e falam dela” (p. 62). Nessa linha de trabalho, começa por observar – com base na pesquisa de Carvalho – que, desde cedo, na implantação da República brasileira, apresentaram-se projetos políticos para a produção de uma representação da nação em meio à população e isso tinha a ver, segundo a própria Carvalho, com o fato de “ter-se instituído o Estado brasileiro, com a República, antes que se formasse uma nação no sentido republicano do termo” (p. 63).⁸ Nos anos de 1920, os interesses pela idéia de nação já se apresentaram de forma mais contundente e, em 1927, em São Paulo, já se ressaltava a necessidade do ensino e aprendizado escolares em língua portuguesa nas áreas de imigração. Ia se preparando e fortalecendo o que seria central na prática política de Vargas: a formulação das medidas jurídicas do Estado Novo que interditarão as línguas dos imigrantes. O enunciado da nacionalização, observa Payer, passou “a funcionar como uma palavra de ordem e sustentar uma posição discursiva politicamente centralizadora e lingüisticamente homogeneizante” (cf. p. 66). Colocou-se em cena

no interdiscurso, “sob a forma da *eficácia material do imaginário*, a imagem do *Sujeito Nacional*” (cf. p. 66), e a institucionalização dessa lógica narrativa passaria a significar a constituição do imigrante (italiano) como sujeito brasileiro.⁹

A diversidade lingüística, ao lado de certas contradições políticas (lutas operárias, sindicatos organizados por trabalhadores, partidos políticos com a presença em massa de operários imigrantes), apresentou-se como “campo associado” dos enunciados sobre a unidade nacional (cf. id.). Na prática discursiva da nacionalização, “a ausência entre a população brasileira dos sentidos de nacionalidade (e de seu ‘sentimento’, portanto)” constituiu uma falha e funcionou como nucleadora de sentidos na centralização do poder, levado adiante por Vargas. Essa falha vinha reforçando a configuração da forma confederada de República: segundo Carvalho (id.), para neutralizar as forças populares que agitavam a capital da República, fortaleceram-se os Estados, em conformidade com uma concepção liberal descentralizadora.

A partir de 1917, intensificaram-se as mobilizações de operários – muitos deles recentemente imigrados ao Brasil – nas organizações sindical e política que contavam com a presença de anarquistas, socialistas e comunistas, diante de uma classe industrial em ascensão econômica. Isso gerou uma reação anti-operária e, na análise de Lenharo, a legislação brasileira se voltou para barrar a presença dos estrangeiros mediante a “lei dos indesejáveis” de 1921 e a “legislação dos dois terços” de 1930 (cf. p. 71).¹⁰ Para esse autor, a diversidade e oposição que a nação comportava geraram os sentidos que colocaram a relação “externo e interno” – isto é, *estrangeiro e nacional* –, e essa relação permeou a produção de gestos totalitários contra o inimigo da nação, na busca do controle das diferenças sociais e dos projetos políticos diversificados (cf. p. 72).

Payer aponta também, para estudar o processo de nacionalização dos estrangeiros presentes no Brasil, a necessidade de observar os projetos educacionais dos intelectuais liberais, que tiveram vigor já desde a década de 1920 e que chegaram a participar do governo no início do mandato de Vargas, antes do Estado Novo (cf. p. 75). Na plataforma desse grupo, Araújo – que a estuda através dos discursos de Vargas – observa que o projeto nacionalista liberal previa um envolvimento do Estado com a Educação e, nesse sentido, foram visados inicialmente o ensino superior, a organização do secundário e o ensino comercial.¹¹ As mudanças iniciais não incluíam a educação primária e a alfabetização, e só na Constituição de 1934 a educação primária foi contemplada na legislação: o Ensino Primário passou a ser instituído no Estado, integral e gratuito, e de frequência obrigatória (cf. p. 77). No entanto, na prática os resultados não foram significativos para esse nível.

Quanto ao nacionalismo do Novo Estado, a forma política adotada pelo Poder Central diante da diversidade de interesses tomou a direção da centralização – um movimento que ia em direção contrária à orientação do final do século XIX já observada: a formação da República Confederativa, com poderes distribuídos aos Estados. Por isso, as mudanças na área da educação deixaram de continuar contando com visões diversificadas, de Estados e municípios, e as iniciativas locais para a adaptação dos imigrantes ao real de seu novo lugar sócio-histórico foram substituídas “pela Campanha de Nacionalização do Ensino em âmbito nacional” (cf. p. 80).¹² Em 1938, Vargas instituiu a Comissão Nacional do Ensino Primário que “foi encarregada, além de organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, de ‘nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos da população de origem estrangeira’ (Getúlio Vargas, apud Araújo, id.)” (p. 81). A preocupação com a questão dos estrangeiros ganhou uma nova dimensão e isso seria reforçado posteriormente com uma retórica relacionada à guerra. Assim, observa Payer: “depois de terem permanecido as línguas dos (e os) imigrantes ignorados nas colônias agrícolas por mais de meio século”, em uma época em que a questão do analfabetismo não havia sido apresentada como uma preocupação do Estado, “o ideal de *unidade lingüística* veio se fazer presente” (p. 81).

A autora dá destaque a uma observação relevante para a questão da memória dos sujeitos brasileiros provenientes da imigração: embora a nacionalização tenha sido projetada antes do Estado Novo numa direção pelos intelectuais liberais, e nesse Estado já não apresenta a mesma direção, os primeiros ressoam nos segundos e os sentidos de uns e outros não se distinguiram e se fizeram ouvir e seguir entre a população com a força de evidências. Payer mostra o alcance dessa observação na aguda análise que faz de um enunciado de seu *corpus* (ver p. 85).

Por fim, a autora se centra no processo de nacionalização no Estado do Espírito Santo, apresentando dados sobre a chegada dos imigrantes como colonos, seu envolvimento com a mais elementar sobrevida cotidiana e o isolamento que provocou uma prolongada homogeneidade cultural e lingüística, sobretudo até 1930 e 1940. Assim, em 1940, os funcionários do recenseamento surpreenderam populações inteiras que ignoravam o “idioma nacional”.¹³ O ensino institucional, inclusive, chegou a funcionar na língua dos imigrantes e existem registros oficiais da resistência por parte dos colonos ao ensino de português aos filhos. A partir de 1937, como já foi antecipado, as regiões de imigração passaram a ser objeto das campanhas de nacionalização e o ensino primário foi alvo da maior atenção. Payer concentra-se no “Memorial Apresentado à Comissão Nacional do Ensino Primário” por Fernando Duarte Rabelo, Secretário

de Educação e Saúde no Espírito Santo, pois nesse documento é relatado em minúcias o modo como o Secretário empreendeu o que chamou de uma “grande obra de brasilidade”, sugerindo que fosse implantada nos demais Estados de forte imigração. Por outro lado, um decreto-lei estadual de 1939 interdito a realização em língua estrangeira não somente do ensino, mas de toda “escrituração”, além de cultos religiosos nas línguas maternas dos colonos (cf. p. 94). O decreto regulamentou também as condições de funcionamento de colégios particulares e os estabelecimentos registrados deveriam observar, entre “outras normas de caráter patriótico”, o ensino obrigatório da língua vernácula e na língua vernácula (cf. p. 94).

Payer encerra o capítulo refletindo sobre a sustentação parafrástica dos enunciados sobre a / da nacionalização produzidos durante o Estado Novo nos enunciados da formação discursiva liberal anterior, sendo que esse processo todo culminou na interdição jurídica oficial das línguas dos imigrantes (cf. p. 97). Essa interdição sustenta-se, segundo a pesquisadora, em universos discursivos de talhe estável, como “o nacional”, “o estrangeiro”, a “língua nacional” e a “língua estrangeira”, que funcionam sob o efeito da transparência fornecida por sua “aparência lógica” (cf. id.). No entanto, observa, a enunciação funciona ambigualmente, “operando *como se* barrasse a diversidade, o heterogêneo do que se constitui a população brasileira com suas várias línguas e memórias históricas produzidas a partir de lugares específicos no interior dessa história” (id.). Surgia aí, de sua perspectiva, um misto de autodefesa do Estado diante do contexto internacional (a guerra) e de uso retórico dessa necessidade que resultou num nacionalismo escoteiro, de teor dogmático (cf. p. 58).

Por sua parte, a interdição de uma língua indicava a interdição de *um determinado modo de ser sujeito pela língua* (cf. id.), e aí se configura o cerne do objeto de Payer, qual seja, refletir sobre os efeitos do ter que se ajustar à enunciação da nacionalização por parte dos que provinham da imigração, sujeitos que se tornaram juridicamente brasileiros e falantes da língua nacional – silenciando a própria. Esses efeitos permaneceram naqueles outros sujeitos que, posteriormente, tomaram os sentidos da brasilidade junto ao apagamento da memória discursiva dos ancestrais (cf. p. 99).

No capítulo 2, Payer busca “compreender a memória discursiva silenciada – relacionada ao *lugar do sujeito* proveniente do imigrante italiano” (sujeito de um processo de transformação, de *alteração*) – que “se apresenta nos traços da materialidade lingüístico-discursiva” de sua prática atual de linguagem (p. 104). Esse objetivo conceitualmente prevê que a memória de sua língua (a desse sujeito) esteja aí incluída.

O *corpus* de análise – marcado por traços de língua estranhos ao português, pelo que a autora, de acordo com os desdobramentos de

sua reflexão, chama de “traços de *memória da língua* dos imigrantes” – parte de um recorte dentro da prática discursiva oral (conversas cotidianas e rituais sociais como celebrações religiosas, visitas, momentos de retrospectão e reminiscências) em direção “à ordem da escritura”: a escrita da língua nacional e os gestos de escrita que ensaiam a inscrição da memória discursiva nessa ordem (cf. id.). Os sujeitos têm entre 20 e 80 anos – e aparecem na análise relacionados a uma divisão em três faixas de idade que afeta as conclusões do trabalho – e a pesquisa foi implementada entre 1993 e 1997 em municípios do norte do Estado do Espírito Santo.

O objetivo formulado por Payer implica compreender a configuração de um lugar de sujeito que vai se constituir a partir do (des)encontro de dois universos lingüístico-discursivos: a língua nacional e a língua dos imigrantes. E, neste sentido, uma das primeiras questões que a pesquisadora observa é o valor jurídico da primeira, isto é, seu estatuto de língua que “tem a propriedade de atestar a pertinência de um sujeito a uma coletividade nacional” (p. 106). A observação é crucial porque diz respeito à inserção do sujeito imigrante no português como língua pública e nacional, língua oficial, língua do exercício do direito que se dá ao lado do silenciamento obrigado da outra língua. A primeira como língua a ser enunciada, praticada, escrita; a outra como língua estranha à enunciação possível no interdiscurso presente na sociedade nacional e impregnada de uma memória discursiva a ser esquecida, a ser apagada historicamente.

Payer, no material discursivo com o que trabalhará (que define como da ordem de objetos discursivos “não logicamente estabilizados” [Pêcheux, 1990])¹⁴, detecta e descreve diversos tipos de marcas que – vale a pena reiterá-lo – “indicam a presença de traços de memória da língua dos imigrantes no português oral atual da população” (p. 122):

- sonoros;
- lexicais, isto é, verbos, adjetivos, nomes próprios, nomes comuns, traços lexicais em expressões que aparecem na enunciação cotidiana de todas as faixas etárias como “evidências da linguagem”. Com relação aos nomes próprios, a autora elabora uma fina reflexão a respeito do sobrenome dos imigrantes, em cuja inscrição a língua italiana permanece ou, se preferirmos, resiste; e, também, sobre as alterações nos registros dos escreventes, que traçam *a passagem de sujeito italiano a brasileiro* – “de escrito (às vezes) a oral, e novamente de oral a escrito” (p. 116);
- morfo-sintáticos. Dentre eles, vale a pena citar o caso da junção de radicais e morfemas envolvendo elementos das duas línguas: *puerinho, cinzolenta* (cf. p. 119); e, também, de forma especial, o caso dos pronomes demonstrativos, indefinidos e pessoais, além de seu funcionamento, por exemplo, anafórico (ver especialmente p. 120-122).

A análise instala a questão da heterogeneidade lingüística em toda sua complexidade e suas dimensões, e ainda coloca perguntas instigantes, como é o caso da interrogação sobre os limites do sistema lingüístico, quando Payer diz: “em que ponto se separam os elementos das línguas aí presentes?” Aliás, a não-coincidência desses traços com o sistema do português leva a pensar na necessidade de abordá-los na ordem da memória discursiva da língua, da historicidade inscrita nessa língua como efeito de um processo muito bem sintetizado por Orlandi (1996), quando se pergunta: “de que língua (ou línguas) foi necessário nos distanciarmos historicamente para termos uma língua portuguesa?”¹⁵.

Esse percurso que vasculha a relação sujeito/língua(s) coloca em xeque certas descrições e classificações (“dialetto vêneto sul-riograndense”, por exemplo) nas quais opera a função referencial que aponta um “local geográfico onde o dialetto vêneto seria praticado” (cf. p. 124). Segundo Payer, esses gestos operam sob o regime de efeitos de pré-construídos, reproduzindo o sentido “brasileiro x italiano” ou “brasileiros e imigrantes europeus”. Ao invés de trabalhar nessa ordem empírica, a autora propõe trabalhar na ordem simbólica, no domínio da língua. É possível dizer que, num caso, a língua se apresenta como estrutura; já no proposto pela pesquisadora, a língua aparece como constitutiva do sujeito, apontando um *lugar simbólico, significado por um sujeito no qual habita a memória da(s) língua(s)*. O sujeito, nesse lugar, passa a ser reconhecido na dimensão complexa que aí se instala e não está dissociado do seu lugar histórico de sujeito brasileiro (cf. p. 126). Um lugar como “condição de produção da língua”, acrescenta Payer (p. 125) e, por meio dessas formulações, não apenas exerce gestos na contramão das fortes evidências produzidas pelos sentidos organizados pela Nação, mas também instaura novos sentidos e procedimentos no campo das Ciências da Linguagem, ou da Lingüística.

A partir dessa análise e da posição de extraposição que os dados do corpus lhe possibilitam, Payer continua formulando conclusões que têm conseqüências na conceitualização teórica. Dentre elas, vale a pena destacar a que elabora a partir da observação da alteridade lingüística presente no jogo entre a língua primeira do imigrante e a língua nacional, e de que a língua materna não se confunde nesse caso com a nacional. Isso, segundo a pesquisadora – para quem, pela perspectiva teórica que assume, língua e sujeito se constituem ao mesmo tempo –, produz uma cisão no sujeito de linguagem:

- por estar situado entre duas línguas, a sua linguagem deixa-o a desejar “em termos de sua constituição como sujeito formal e juridicamente capaz para se expressar” (p. 132);
- sua língua materna se constitui de materialidades de duas línguas, em sua interseção (p. 133);

- a partir da função estruturante exercida pela língua no sujeito¹⁶, o materno como memória constitutiva desse sujeito – por efeito do apagamento histórico a que foi submetida a língua dos imigrantes italianos – permitiria compreender (su)a língua familiar não como contraposta à formalidade, mas como um “reduto de sentidos que não convém saírem a público” (p. 134-5).

Restaria designar aqui outro viés, fortemente vinculado a tudo o que foi exposto no capítulo 1, para caracterizar essa cisão: esta se instaurou entre “as ordens do enunciável por escrito na escola e do oral como margem do dizer, enquanto lugar de alojamento do que restou não enunciável naquele primeira instância” (p. 149).

Nessas sensíveis formulações, língua materna e língua nacional passam a significar como dimensões da linguagem em relação às quais funcionam diferentes memórias, distintas discursividades – o que também implicará, no trabalho de Payer, desmontar um certo modo empiricista de compreender o cultural e o nacional (ver especialmente p. 135-138).

Criança: A vovó fala “caro”, “tera”....

Tia: E por que ela fala assim?

Criança: Ah... é porque ela é velha.

p. 167

A abordagem da memória discursiva, já estudada na estrutura da língua, é expandida no capítulo 3 com a finalidade de estudar como a formação discursiva ligada à imigração se relaciona com o interdiscurso – isto é, a memória mais ampla do dizer – da formação social. Nesse sentido, pelo fato de a análise do processo de construção temporal do discurso (passado/presente) se mostrar significativa e promissora, Payer a aborda com base em uma observação sistemática dos mecanismos enunciativos (o tempo verbal e a dêixis temporal) que dão sustentação material aos efeitos de sentidos ligados à construção do tempo. Tais mecanismos são observados em “textos de memória” que se configuram como “discursos sobre o passado”: principalmente, narrativas sobre a ocupação feita pelos imigrantes, casos ou contos sobre episódios dessa experiência.

Para a observação desses mecanismos, a pesquisadora parte da distinção formulada por Orlandi (1996) entre ordem e organização no domínio do discurso. A *organização* é considerada em relação ao modo como os mecanismos enunciativos de tempo tornam possível organizar imaginariamente, na superfície discursiva dos textos, as formas lingüísticas e o campo discursivo relativo à imigração como um campo circunscrito ao domínio do passado. São trabalhados aí os efeitos de sentido que,

da perspectiva de Payer, configuram a base de produção dos “textos de memória” e que organizam uma *representação da memória* discursiva dos imigrantes como *passado*. Um primeiro conjunto de fatos consiste na reincidência de uma representação discursiva de traços de língua e dos campos semânticos relativos à memória dos imigrantes como “um domínio de línguas e de sentidos passados”, “antigos”, “ultrapassados”, “de antigamente”, “dos velhos”, etc; e essa representação se dá como representação meta-enunciativa de uma alteridade temporal: “como se falava antigamente”, “na nossa época”, “naquele tempo”.

Já a partir do conceito de *ordem*, aponta-se uma multi-dimensionalidade temporal no domínio da constituição dos sentidos, para além dessa organização imaginária. Esse domínio “pode ser entrevisto quando traços semânticos relativos à memória discursiva da imigração irrompem – fora do ordenamento discursivo que os circunscreve ao passado – enquanto evidências atuais de sentidos no tempo presente, isto é, como evidências de linguagem nas quais o sujeito se encontra imerso” (p. 153). O conjunto de fatos que sustentam essa interpretação que aponta para a multi-dimensionalidade temporal localiza-se nos mecanismos enunciativos da comparação entre as alteridades temporais constituídas no discurso.

Tentando mais uma vez não ficar presa às evidências sobre o tempo e sua concepção, a autora retoma os conceitos de “plano da história” e “plano do discurso” de Benveniste e os submete à inflexão de observações de Jakobson para definir os planos da temporalidade na enunciação: um como concernindo “ao conteúdo e ao cenário enunciados (narrados, relatados)”; o outro, aos “aspectos da enunciação (da narração, do relato)” propriamente.¹⁷ De fato, no seu corpus de pesquisa, o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico: “enquanto todo mundo hoje diz ‘X’, lá na festa *ele dizia* ‘Y’, como a gente dizia antigamente” (p. 159 e 160). A análise de fragmentos permite que Payer conclua que o mecanismo de configuração do tempo na linguagem possibilita esse ordenamento discursivo que estabelece uma fronteira imaginária entre sentidos passados e sentidos presentes, e “nos textos de memória essa representação aparece sistematicamente em tempos verbais que traçam fronteiras nítidas entre sentidos absolutamente já transcorridos e os do presente” (p. 161).

O passado ultrapassado é um modo de lançar sentidos relativos ao campo da memória discursiva dos imigrantes interpretado como passado distante e obsoleto, o que implica algo muito próximo do esquecimento – tanto no sentido de algo ao qual não se tem acesso no nível de uma memória representada quanto no sentido de desconhecimento, “por imersão no apagamento produzido historicamente” (p. 166). Trata-se aí de sentidos que, a partir do interdiscurso, já não interpelam historicamente

o indivíduo em sujeito – como é o caso do diálogo que serve de epígrafe a este item 5 –, fato que Payer interpreta como efeito da administração social de uma memória.

Já as transferências entre os planos temporais do enunciado e da enunciação apresentam como base a tradução – o que leva Payer a explorar essa travessia entre os planos do passado e do presente em sua relação com processos metafóricos (Orlandi, 1996). A partir dessa perspectiva, conclui que as transferências que supõem uma passagem instantânea entre uma língua A e uma língua B implicam, enquanto efeitos metafóricos, uma passagem entre as discursividades a que se ligam essas línguas, entre as formações discursivas com relação às quais estas funcionam como metáforas. Outra sistematicidade enunciativa presente no corpus que Payer analisa é o mecanismo da comparação entre diferentes temporalidades/discursividades, do qual participam a tradução e a correlação, e que aparece vinculado à presença de julgamentos como o de verossimilhança e de adequação do discurso.

Por fim, a pesquisadora centra-se num aspecto muito caro à sua pesquisa: a análise de “situações em que a representação da discursividade do imigrante como passado se rompe na enunciação”; ela considera esse rompimento como relativo à constituição discursiva do sujeito. Assim, há nestes casos uma alteridade mostrada no presente, como se o sujeito resvalasse do plano temporal do enunciado para o da enunciação, irrompendo assim na outra margem da fronteira dos planos temporais, desorganizando-os em termos de sentidos passados e presentes, produzindo um efeito de igualdade em sua relação com o interdiscurso. Sentidos do passado e do presente se fundem: o enunciador vem ao presente e o sujeito vai ao passado. Por isso, formular discursivamente o passado, no fio do discurso que Payer analisa, indica um modo através do qual o sujeito que aí fala se funde à memória brasileira, ao mesmo tempo em que se distingue dos outros lugares de memórias presentes nesse mesmo espaço, desigualmente homogêneo (cf. p. 187).

A partir dessa observação, Payer revisa certas formulações de Benveniste, para falar do peso heurístico da *especificidade da natureza do tempo na linguagem*: um tempo não anterior ou exterior à linguagem, mas um tempo nela significado. Nesse sentido, o passado funciona na referência não a um tempo ontológico transcorrido, mas a uma região do interdiscurso: memória dos imigrantes.

Essa série de inferências lhe possibilita compreender o tempo na relação com o domínio do discurso e, a partir das reflexões de Certeau sobre a narrativa historiográfica, a autora traz a crítica que este autor faz à historiografia, que consiste fundamentalmente em observar que “o discurso sobre o passado tem por estatuto ser o discurso do morto”, a

relação com o passado é de ruptura e este é pensado como fim (Certeau, p. 56, apud Payer, p. 183).¹⁸ A autora, num novo esforço para desnaturalizar evidências, incorpora essa crítica para pensar como essa concepção se instituiu “na administração da memória discursiva relativa à imigração em nosso imaginário social” (p. 183).

Para encerrar, seria preciso lembrar que o capítulo 1 se refere à discursividade que sobredeterminou, “sob as figuras do ‘local’ ou do ‘regional’, a discursividade produzida a partir de outro lugar específico de discurso” – o dos sujeitos provenientes da imigração. A reflexão desenvolvida nos capítulos 2 e 3 se inscreve na direção de trabalhar contra a representação preponderante da memória lingüístico-discursiva ligada à história dos migrantes no interdiscurso atual da sociedade brasileira, que consiste em alojá-lo em um domínio discursivo interpretado como lugar de sentidos passados. Essa reflexão ainda indica que teria sido possível a existência de formulações histórico-discursivas que contemplassem o real da imigração para além dos estereótipos, e que um ordenamento discursivo diferente poderia considerar o lugar do imigrante dando à sua memória um espaço de existência mais abrangente, fora do silenciamento. Nesse caso, haveria a promessa de um ganho, efeito da própria disputa entre memórias discursivas, que Payer tem a lucidez de apontar.

Por isso, é preciso dizer que o gesto de autoria que permeia a escrita de seu livro é habitado pela tensão produtiva que coloca em confronto uma memória e uma atualidade – pensando em todos os sentidos que aqui essa formulação reverbera. A voz dessa autoria, forte e firme, mesmo sabendo das relações constitutivas do sujeito da linguagem a respeito da incompletude e do binômio memória/esquecimento, investe insistentemente em explorar as formas de dizer e em trazer ao fio de sua enunciação o “não dito”.

Maria Teresa Celada
Universidade de São Paulo

Notas

1. A referência do texto de J.-J. Courtine é “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens.” *Langages*, Paris: Larousse, n. 62, 1981
2. O texto de Orlandi é *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
3. A obra de Orlandi aqui referida é *Interpretação, Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
4. O livro de Orlandi é *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

5. O livro de E. Bosi é *Memória e sociedade, lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
6. Esses conceitos são desenvolvidos por Pêcheux e Fuchs em “A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas”. In Gadet, F. e Hak, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et alii. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
7. O livro de B. Mariani é *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
8. O texto de José Murilo de Carvalho é *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
9. O conceito de “eficácia material do imaginário” é de Michel Pêcheux e foi citado de: “Lecture et mémoire: projet de recherche.” In: Maldidier, D. *L'inquietud du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
10. O livro de A. Lenharo é *Sacralização da política*. Campinas: Ed. da Unicamp/Papirus, 1986.
11. As referências do trabalho de A.M.F. Araújo é *História da educação brasileira. Uma interpretação crítica do analfabetismo no Brasil (1930-1945)*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC/SP., 1994.
12. A autora apóia-se em R. Soares, *Spini nei fiori. A “nacionalização” das escolas dos imigrantes do Espírito Santo no período Vargas*. Trabalho de curso de Doutorado em Educação, São Paulo, USP, 1995.
13. Payer se baseia na obra de José T. de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
14. O texto de M. Pêcheux é “Lecture et mémoire: projet de recherche.” In: Maldidier, D. *L'inquietud du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
15. Essa série de questões é formulada na página 122 e sgs.
16. Esse conceito parte das reflexões desenvolvidas por C. Revuz in “A língua estrangeira, entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio.”, in Signorini, I. (org.), *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.
17. O texto de E. Benveniste é “As relações de tempo no verbo francês.” In *Problemas de Linguística Geral I. 2*. Ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1988; o de R. Jakobson, “Commutadores, categorías verbales y verbo ruso”. In: *Ensayos de Linguística General*. Barcelona: Seix Barral, 1974.
18. A obra de M. de Certeau é *A escrita da história*. Trad. por M. de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.